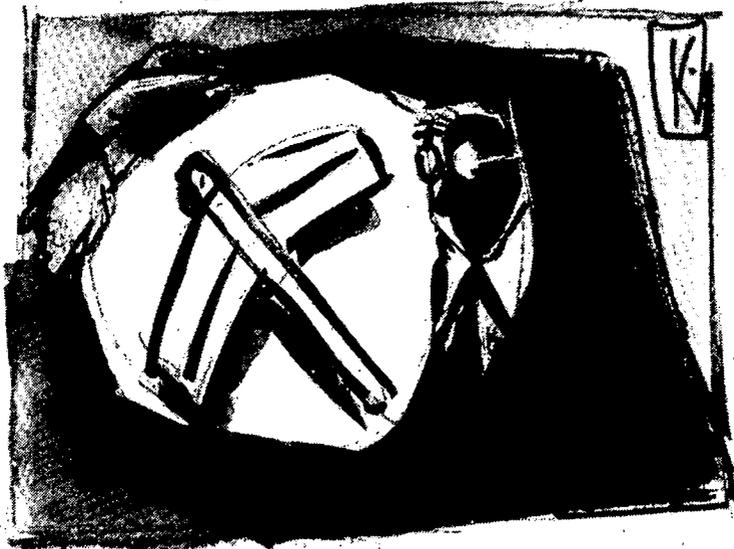


A defesa do Plano Piloto

CORREIO BRAZILIENSE

Luiz Estevão

10 JUL 1995



Se o Governo do Rio de Janeiro se propusesse a construir um loteamento residencial, em Jacarepaguá ou na Baixada Fluminense, para assentar todos os moradores de favelas, qual seria a reação da comunidade? O Rio aprovaria a idéia. A elite empresarial se proporia, até mesmo, a financiar a implantação desse novo bairro, já que se livraria do clima de absoluto

pânico em que vive na cidade.

E quem seria contra? Justamente os moradores das favelas. Simplesmente porque eles não estão mais interessados em morar em um local urbanisticamente organizado. Já construíram nas favelas um sistema social e econômico onde trabalham perto dos locais de moradia e são geralmente dominados pelas lideranças do crime organizado.

É por essa razão que defendo hoje que, dentro da cidade comercial e industrial que o GDF quer criar na Via Estrutural, com seis milhões de metros quadrados, seja criada uma área residencial, para que algumas das famílias cadastradas no Idhab (ex-Shis) há mais de cinco anos tenham a perspectiva de uma moradia — em vez de invadirem áreas públicas e particulares, notadamente no Plano Piloto, como vem ocorrendo desde o início do ano.

Não há nada de populista ou irresponsável no meu voto. As eleições passadas já provaram que dar lotes não rende votos nem mandatos. Ao contrário, tenho os olhos voltados para o futuro do Distrito Federal, ao oferecer, com a devida antecedência, uma etapa da solução para a questão da habitação para fa-

mílias de baixa renda, antes que o problema se torne tão agudo e dramático como em outras metrópoles nacionais. É o único modo de se proteger o Plano Piloto do brutal desvirtuamento que se seguirá à proliferação das invasões e favelas.

O veto do governo não traz solução alguma para o problema. Ele se reveste mais de caráter político do que de bom senso. Dizer que a criação desses poucos lotes aceleraria a migração é agredir os fatos. Segundo a Codeplan, nos últimos quatro anos, menos de duas mil famílias a cada ano migraram para o DF, que apresenta hoje os menores índices de crescimento demográfico de toda a sua história. Até porque o projeto prevê, em seu texto, que apenas as famílias legalmente habilitadas no Idhab (ex-Shis) poderão se candidatar aos lotes ali criados.

O urbanismo moderno preconiza a existência de moradia perto do local de trabalho, barateando a infra-estrutura e o transporte coletivo. Exemplo disso é que o Governo de São Paulo dedica hoje boa parte de seus esforços a remover as favelas da cidade, mediante o Pro-

jeto Cingapura.

Em 35 anos, a área em questão jamais foi de proteção ambiental. Os documentos do Ibama e do IBDF podem comprovar isso. Se houvesse risco ambiental, careceria de qualquer lógica a postura do GDF, que defende a implantação de indústrias e condena a presença de habitações. É que não se trata, no caso, de preocupação ecológica, pois, se houvesse, os ór-

gãos ambientais teriam tomado providências contra a existência do depósito de lixo a céu aberto que funciona há décadas no local.

Só a discussão franca e sem preconceitos do assunto poderá dar à população a oportunidade de conhecer o projeto da forma como foi efetivamente votado e aprovado pela Câmara Legislativa.

É sintomático perceber que a intensidade das críticas à Estrutural só cresceu quando incluímos no texto do projeto aprovado pela Câmara um dispositivo que impede a entrega de lotes a grandes empresários, sem licitação, com preços de 40 a 20% do valor de mercado e para pagamento só a partir do próximo século.

O PT, nos últimos quatro anos, sempre votou favoravelmente ao projeto. A mudança de posicionamento só pode ter sido provocada pela introdução desse artigo. Enquanto se construía uma cortina de fumaça ecológica para atacar o projeto, o GDF pavimentava um acordo para distribuir terra pública aos seus mais novos companheiros de planque.

Luiz Estevão é deputado distrital